**FICHAMENTO – “*Defining Environmental Justice*” – Capítulos 1, 2 e 5**

Jorge Luiz Barbarotto Junior – 01/09/2022

**Referência bibliográfica**

SCHLOSBERG, D. **Defining Environmental Justice**: Theories, Movements, and Nature. Cary, NC: Oxford University Press, 2007.

**Sobre David Schlosberg**

 Diretor do *Sydney Environment Institute* na Universty of Sydney, e professor de Políticas Ambientais no Departamento de Governo e Relações Internacionais. Além da autoria da presente obra aqui fichada, Schlosberg também é co-autor *Climate-Challenged Society*; co-editor do *The Oxford Handbook of Climate Change and Society* e *The Oxford Handbook of Environmental Political Theory*. Seu último livro é intitulado *Sustainable Materialism: Environmental Movements and the Politics of Everyday Life*, lançado em 2019.

**Capítulo 1 – *Defining Environmental Justice***

Este primeiro capítulo parte do questionamento a respeito do significado da justiça empregado nas discussões sobre a Justiça Ambiental. Assim, o autor levanta duas lacunas acerca deste tema: a primeira lacuna refere-se a ausência das inovações teóricas sobre a justiça nas discussões e na estruturação do conceito de justiça ambiental; a segunda lacuna trata da desconexão, observada pelo autor, entre os trabalhos sobre a justiça ambiental e a justiça ecológica. Por ser um capítulo introdutório, o autor apenas pontua algumas definições e comparações breves sobre os paradigmas da justiça, contextualiza as distinções entre justiça ambiental e ecológica e, por fim, apresenta o que será abordado no restante da obra no sentido de avaliar a aplicação das diferentes visões de justiça tanto para a justiça ambiental, quanto ecológica, e a possível associação dessas duas áreas, como uma forma de fortalecimento dos movimentos que atuam considerando destes conceitos.

Citações relevantes:

“... as minhas questões centrais, e a tarefa básica deste livro é explorar qual é o significado da justiça na justiça ambiental e na justiça ecológica” (p. 3).

- Sobre a primeira lacuna:

“A maioria das discussões de justiça ambiental foca na má distribuição [...]. [Mas] O argumento aqui é que os movimentos usam uma gama de concepções de justiça, e podemos encontrar argumentos nos movimentos por distribuição, reconhecimento, participação e capacidades. O movimento por justiça ambiental fornece amplas evidências que todas essas concepções de justiça são usadas na prática” (p. 4 e 5).

- Sobre a segunda lacuna:

“A segunda lacuna que exploro neste livro é a desconexão entre a justiça ambiental, por um lado, e a justiça ecológica por outro. A grande maioria dos trabalhos sobre justiça ambiental não se preocupam com o mundo natural além dos impactos humanos, e a maioria dos trabalhos sobre a justiça ecológica não prestam atenção às questões levantadas pelos movimentos por justiça ambiental” (p. 6).

 Na conclusão do capítulo o autor mostra seu posicionamento considerando que uma possível abertura das áreas das justiças ecológica e ambiental aos novos conceitos de justiça, não só pela distribuição, mas também pelo reconhecimento, participação e capacidades, e uma melhor integração entre essas poderia fortalecer o discurso de ambas, além de se munirem com mais ferramentas para atuarem, fortalecendo seus movimentos.

**Capítulo 2 – *Distribution and beyond: Conceptions of justice in contemporary theory and practice***

A ideia central deste capítulo é apresentar teorias e críticas sobre os paradigmas da justiça. O autor parte da concepção mais tradicional, ainda predominante, que se refere à concepção da justiça distributiva, seguindo pela exposição das concepções mais contemporâneas de justiça que tratam do reconhecimento, da participação e das capacidades. Estas novas teorias são compreendidas não como substitutivas, mas complementares à justiça pela distribuição. Ao final do capítulo o autor ressalta a importância de se aprimorar o entendimento dos conceitos de justiça para aplicá-los, não apenas aos indivíduos, mas também aos grupos e comunidades, entendidos como e integrantes de movimentos por interesses coletivos.

Na sequência, abaixo são apresentados os paradigmas da justiça abordados no capítulo, os respectivos autores citados e as citações mais relevantes de cada item:

 - Justiça como distribuição: John Rawls (autor da obra clássica deste paradigma *A Theory if Justice*); Brian Barry (1995, 1999 e 2005); Brighthouse (2004).

“A obra clássica de John Rawls’s, *A Theory of Justice*, por exemplo, define justiça como um padrão por meio do qual os aspectos distributivos da estrutura básica da sociedade devem ser avaliados. Justiça, então, define a divisão apropriada das vantagens sociais”. (p. 12)

 - Justiça como reconhecimento: Iris Young (*Justice and the Politics of Difference*); Nancy Fraser; Charles Taylor; Axel Honneth

“A falta de reconhecimento, então, é um dano – uma injustiça – tanto quanto a falta de distribuição adequada de vários bens.”

“[...] ela chama atenção para o status social dos indivíduos e comunidades, e insiste no entendimento estrutural do não reconhecimento, mais como uma prática institucional do que uma experiência individual” (p. 18).

 - Justiça processual ou participativa: Young (1990); Honneth; Carol Gould (1996); Fraser.

“[...] aumentar a participação pode também contribuir na solução de problemas de distribuição e não reconhecimento cultural” (p. 28) / Atenta-se que neste item relacionado a participação, esta é estritamente relacionada à distribuição e ao reconhecimento, o que pode levar a considerações de que a participação não seria uma categoria independente da justiça, mas sim um fator a ser ponderado em um reconhecimento ou distribuição justa.

 - Justice e as capacidades: Amartya Sen; Martha Nussbaum.

“[...] devemos julgar arranjos como sendo justos não apenas em aspectos distributivos simples, mas também como essas distribuições afetam nosso bem-estar e como funcionamos” (p. 30).

“A medida central da justiça não está em quanto nós temos, mas se temos o que é necessário para permitir um funcionamento pleno da vida, como escolhemos viver” (p. 30).